



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**

## **SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

1

### **RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ/SC**

No atendimento a Instrução Normativa N.TC-0020/2015, art. 7º, II, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, que trata sobre o Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo, e visando atender ao disposto no artigo 51 da Lei Complementar nº 202 de 15 de dezembro de 2.000, o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo do Município de Tangará, através deste relatar sobre os conteúdos alcançados no Anexo II da IN.TC.N.20/2015, e outras informações pertinentes a Controladoria do Município no exercício de 2016.

Os valores e demonstrativos analisados estão aqui representados de forma consolidada, às contas e setores do Município, do Fundo Municipal de Saúde, do Fundo Municipal da Infância e Adolescência, do Fundo Municipal de Assistência Social e da autarquia do Hospital Municipal Frei Rogério.

#### **1. INFORMAÇÕES E ANÁLISE SOBRE MATÉRIA ECONOMICA, ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA, ADMINISTRATIVA E SOCIAL (CONSOLIDADO)**

##### **1.1. ANÁLISE SOBRE A SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA MUNICÍPIO DE TANGARÁ**

###### **a) ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

A estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Tangará, compõem-se das seguintes Secretarias:

- ✓ Secretaria de Saúde, Assistência Social e Habitação;
- ✓ Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo;
- ✓ Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer;
- ✓ Secretaria de Turismo e Eventos;
- ✓ Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças;
- ✓ Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Desenvolvimento Econômico;

###### **GESTORES E DEMAIS RESPONSÁVEIS:**

###### **✓ PREFEITOS:**

Nome: EUCLIDES CRUZ

Período: janeiro a fevereiro 2016

Nome: NADIR BAU DA SILVA – GESTOR em 31/12/2016



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

2

Período: março a dezembro/2016

### **✓ CONTADORES:**

#### **UG: PREFEITURA/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL/FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA/HOSPITAL FREI ROGÉRIO**

Nome: MARCOS ANTONIO WUST

Período: janeiro a dezembro/2016

#### **UG: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Nome: WILLIAN JOSE ZEN

Período: março a dezembro/2016

### **✓ COORDENADORA DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO:**

Nome: PATRÍCIA ZANOTTO FIORESE

Período: janeiro a dezembro/2016

### **✓ SECRETÁRIO(A) DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS**

Nome: ZOLDANE APARECIDA DA FONSECA

Período: janeiro a fevereiro/2016

Nome: JURANDIR PEDRO CHERUBINI

Período: março a dezembro/2016

### **✓ UG: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL; FUNDO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E HOSPITAL MUNICIPAL FREI ROGÉRIO**

Nome: JANETE SANTINA LONGO

Período: janeiro a julho/2016

Nome: MARISA SILVEIRA DAVILA KOCHANN – GESTORA em 31/12/2016

Período: agosto a dezembro/2016

### **✓ UG: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES**

Nome: GIRLENE ADRIANA CIARNOSKI BORSOI – GESTORA em 31/12/2016

Período: janeiro a dezembro/2016

## **b) POLÍTICA DE RH**

O Departamento de Recursos Humanos é uma unidade administrativa da Secretaria da Administração, Planejamento e Finanças. O Setor de RH é responsável pelo



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

3

cumprimento dos dispositivos legais que autorizam as Leis Complementares Municipais, que regem o Plano de Cargos e Salários e o Estatuto dos Servidores Públicos. Dentre as diversas atribuições de competência do RH, destacam-se a confecção das folhas de pagamento, admissões, rescisões, e supervisão avaliação funcional de servidores, e fechamento de pontos, dentre outros.

As Políticas voltadas a área de Recursos Humanos atualmente são as aplicadas no Plano de Cargos e Salários, Estatuto, PPRA, LTCAT e PCMSO, voltados à melhoria da eficiência nos serviços públicos. Quanto ao planejamento de capacitações aos servidores, os Gestores de cada unidade é quem oportunizam conforme demanda.

No que se refere ao Plano de Cargos e Salários e Estatuto dos Servidores Municipais, não houve reformas significativas no ano de 2016. Verifica-se que o Plano e o Estatuto são omissos a diversos assuntos que nos deparamos nos últimos anos, para tanto há recomendação de reestruturação do Plano de Cargos e Salários e Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

O Setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Tangará trabalha em conjunto com o Setor de Controle Interno, através de emissão de pareceres em admissões e de legalidade em diversos atos de pessoal, como também no controle de cartão pontos mensais. Pelo grande número de Servidores Municipais, a Controladoria Interna expediu uma Instrução Normativa a qual regulamentou o cumprimento da jornada de trabalho e normatizou procedimentos, e através deste foi expedido uma Portaria que designa responsáveis setoriais para o controle, atualização e responsabilização dos cartões pontos de servidores.

### c) ASPECTOS SOCIAIS

Os diversos programas e ações sociais que o município desenvolve, são favoráveis ao desenvolvimento local, e dispõem de considerável número de conselhos e gestores municipais que podem contribuir para a articulação entre o poder público, entidades representativas e sociedade. Há muito o que se avançar em termos de estrutura tanto de vista político e financeiro.

### d) ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONOMICA DO MUNICÍPIO (Principais Indicadores Financeiros)

INDICADOR	FÓRMULA	VALORES (R\$)	RESULTADO
LIQUIDEZ FINANCEIRA	$\frac{\text{Ativo Financeiro (excluir RPPS)}}{\text{Passivo Financeiro}}$	$\frac{3.559.653,95}{298.742,42}$	R\$ 11,92
LIQUIDEZ CORRENTE	$\frac{\text{AC- Estoque - Desp. Antec.}}{\text{PC}}$	$\frac{3.688.858,41}{1.516.613,06}$	R\$ 2,43



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

## SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

4

<b>% DESPESA CORRENTE S/ RECEITA CORRENTE</b>	<u>Despesas Correntes</u> Receitas Correntes excluídos convênios, intra, contribuições RPPS)	<b><u>25.273.921,45</u></b> <b>28.500.876,64</b>	<b>88,68%</b>
<b>EVOLUÇÃO DO PL</b>	<u>PL Final</u> L Inicial	<b><u>54.482.480,38</u></b> <b>52.012.110,66</b>	<b>R\$ 1,05</b>

Dentre os resultados apurados, avalia-se que o índice de **Liquidez Financeira** apresenta um resultado de capacidade de pagamento de obrigações, como também o resultado da **Liquidez Corrente** (com provisão de férias) demonstra folga disponível para uma possível liquidação das obrigações. De análise geral, observa-se que os resultados obtidos evidenciam-se que as receitas arrecadadas superaram as despesas executadas, resultando em um superávit. A Evolução do Patrimônio Líquido é considerada estável.

### 1.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Lei nº 2.268 de 26 de novembro de 2015, aprovou o Orçamento Fiscal da Administração Direta, Indireta e da Autarquia do Município de Tangará para o exercício de 2016, que estimou a **Receita em R\$ 25.128.900,00 (vinte e cinco milhões, cento e vinte e oito mil e novecentos reais)**, e fixou a **despesa em igual valor**.

A **RECEITA ARRECADADA** atingiu o montante de **R\$ 28.875.024,04**;

A **DESPESA ORÇAMENTÁRIA** realizada foi de **R\$ 27.513.137,04**;

No confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada (empenhada), houve um **SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO de R\$ 1.361.887,00**.

### 1.3. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A PROGRAMAÇÃO E A EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DESEMBOLSO:

A Lei Orçamentária do Município de Tangará, autorizada pela Lei nº 2.268/2015, foi elaborada conforme as legislações, fixando as despesas que serão realizadas pela Administração Pública ao longo do respectivo exercício. Acorre que, não foram efetuados projeções sobre a programação e a execução financeira de desembolso para o exercício de 2016. A programação financeira para o exercício de 2016, deu-se por observância às leis orçamentárias definidas para o exercício. Contudo, já foram efetuadas as providências para estabelecer metas bimestrais de arrecadação, programação financeira e cronograma de desembolso para o exercício de 2017, através do Decreto nº 130, de 12 de dezembro de 2016.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

5

**2. DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR E DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES: LIQUIDADOS E NÃO LIQUIDADOS, EXISTENTES AO FINAL DO EXERCÍCIO, BEM COMO SOBRE AS DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES REGISTRADAS NO BALANÇO GERAL**

**2.1. DEMONSTRATIVO DE RESTOS A PAGAR**

RESTOS A PAGAR					
DESCRIÇÃO	SALDO DO ANO ANTERIOR	CANCELAMENTO	PAGAMENTOS	INSCRIÇÃO NO EXERCÍCIO	SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE
RESTOS A PAGAR	677.837,12	0,00	673.851,08	212.445,85	216.431,89

**2.1.2. DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES**

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
EMPENHOS REALIZADOS A CONTA DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
DATA	Nº EMPENHO	FORNECEDOR	MOTIVO	VALOR (R\$)
04/01	1	Desp. Pessoal - Cristiane Maria Ceron e outros	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	72.638,16
04/01	2	Desp. Pessoal - Cristiane Maria Ceron e outros	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	8.786,44
04/01	3	Desp. Pessoal - Ines Salete Birnfelt	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	2.425,03
04/01	4	Desp. Pessoal - Ines Salete Birnfelt	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	891,61
04/01	5	Desp. Pessoal – INSS	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	14.391,67
07/01	33	Desp. Pessoal - Janete S. Longo e outros	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	70.807,07
07/01	34	Desp. Pessoal - Janete S. Longo e outros	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	6.981,50
07/01	35	Desp. Pessoal - Daliane Rissi e outros	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	3.124,80
07/01	36	Desp. Pessoal - Diogo Augusto Mioranza	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	5.329,95
07/01	37	Desp. Pessoal - Enzo Rogerio Mayer e outros	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	16.528,21
07/01	38	Desp. Pessoal - Enzo Rogerio Mayer e outros	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	3.784,33
07/01	39	Desp. Pessoal - Dayane N. Valerio e outros	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	6.637,79
07/01	40	Desp. Pessoal - Dayane N. Valerio e outros	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	749,30
07/01	41	Desp. Pessoal - Irondi B.Martins e outros	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	43.921,84
07/01	42	Desp. Pessoal - Clarice A. Munaro e outros	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	14.005,46
07/01	43	Desp. Pessoal - Clarice A. Munaro e outros	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	2.561,98
07/01	44	Desp. Pessoal - Josiani Viecelli	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	3.381,11
07/01	45	Desp. Pessoal - Josiani Viecelli	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	619,30
07/01	46	Desp. Pessoal - Marines A.V.Berta	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	990,91
07/01	47	Desp. Pessoal - Marines A.V.Berta	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	138,56
07/01	48	Desp. Pessoal - Berenice U.Zanotto e outros	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	2.916,52
07/01	49	Desp. Pessoal - Berenice U.Zanotto e outros	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	10.217,92
11/01	15	Desp. Pessoal – INSS	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	3.598,81
11/01	17	Desp. Pessoal – INSS	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	1.232,44
19/01	74	Desp. Pessoal - INSS	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	18.610,08
19/01	75	Desp. Pessoal – INSS	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	4.671,89
19/01	76	Desp. Pessoal – INSS	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	1.699,04
19/01	77	Desp. Pessoal – INSS	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	1.225,89
19/01	78	Desp. Pessoal – INSS	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	16.043,94
05/01	8	Desp. Pessoal - Folha De Pagamento	Insuficiência de Recursos – Desp. com Pessoal	10.839,12
29/04	679	Fornecedor - Fundação Universidade Do Oeste De	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	7.012,27
29/04	680	Fornecedor - Clínica Médica Dr.Madeira SC Ltda.	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	5.050,00



# PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

## SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

6

29/04	681	Fornecedor - Irmaos Karling Com.De Pecas	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	694,00
29/04	682	Fornecedor - Irmaos Karling Com.De Pecas	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	1.299,00
13/07	1167	Fornecedor - Servioeste Solucoes Ambientais Ltda	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	700,00
13/07	1168	Fornecedor - Indumed Com.Imp. E Exp. De Prods	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	4.495,00
13/07	2429	Fornecedor - Mecanica Auto Pecas Trentin Ltda.	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	16,13
13/07	2430	Fornecedor - Mecanica Auto Pecas Trentin Ltda.	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	474,07
13/07	2431	Fornecedor - Permercado Piccoli Ltda-Me	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	3.931,15
13/07	2432	Fornecedor - Oxigenio Comercio De Gases	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	1.670,00
13/07	2433	Fornecedor - Schneider & Cia Ltda - Me	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	97,50
13/07	2434	Fornecedor - Videira Diesel Eireli - Me	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	4.344,00
13/07	2435	Fornecedor - Videira Diesel Eireli - Me	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	720,00
13/07	2436	Fornecedor - De Marco Ltdadiesel Eireli - Me	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	112,36
13/07	2437	Fornecedor - Rodrigo Alves Padilha	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	1.680,00
21/12	547	Fornecedor - Supermercado Piccoli Ltda-Me	Não envio da N.F ao Setor para Empenho	5.465,87
<b>TOTAL</b>				<b>387.512,02</b>

Observa-se que as inscrições de restos a pagar no exercício somaram-se o valor de **R\$ 212.445,85** (duzentos e doze mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), e restou para o exercício de 2017 o saldo de **R\$ 216.431,89** (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos).

Registra-se no exercício de 2016 o valor total de **R\$ 387.512,02** (trezentos e oitenta e sete mil quinhentos e doze reais e dois centavos), decorrentes de despesas de exercícios anteriores. Sendo, o valor de **R\$ 349.750,67** (trezentos e quarenta e nove mil setecentos e cinquenta reais e sessenta e sete centavos) provenientes de Despesas com Pessoal por motivos de insuficiência de recurso para o seu pagamento dentro do exercício. E o valor de **R\$ 37.761,35** (trinta e sete mil setecentos e sessenta e um reais e trinta e cinco centavos) de reconhecimento de dívidas do exercício anterior em virtude do não recebimento da Nota Fiscal no setor de Contabilidade para seu empenho. Contudo, após o reconhecimento da legitimidade e legalidade das Notas Fiscais que não chegaram ao Setor para o seu empenho, encaminharam-se Projetos de Leis ao Legislativo, justificando e solicitando e autorização para pagamento, mediante a suficiência de dotação orçamentária destinada a atender despesas de exercícios anteriores, as quais foram autorizadas pela Casa de Leis.

### 3. DEMONSTRATIVO DOS PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO DOS VALORES INSCRITOS NO PASSIVO CIRCULANTE E DOS INSCRITOS NO PASSIVO NÃO CIRCULANTE (com saldo em 31/12)

DEMONSTRATIVO DOS PAGAMENTOS E INSCRIÇÕES EM PRECATÓRIOS				
DESCRIÇÃO	SALDO INICIAL	PAGAMENTOS NO EXERCÍCIO	ESCRITURAS NO EXERCÍCIO	SALDO EM 31/12
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>				
<b>Precatórios de Pessoal</b>				
Empenhados	102.716,78	102.716,78	102.716,78	0,00



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

7

Não Empenhados	-	-	-	-
<b>Precatórios de</b>	-	-	-	-
Empenhados	-	-	-	-
Não Empenhados	-	-	-	-
<b>Precatórios de Credores</b>	-	-	-	-
Empenhados	-	-	-	-
Não Empenhados	-	-	-	-
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	-	-	-	-
Precatórios de Pessoal	-	-	-	-
Precatórios de	-	-	-	-
Precatórios de Credores	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>102.716,78</b>	<b>102.716,78</b>	<b>102.716,78</b>	<b>0,00</b>

No exercício de 2016, foi pago o valor de **R\$ 102.716,78** (cento e dois mil setecentos e dezesseis reais e setenta e oito centavos) de Precatórios de Pessoal registrados no Passivo Circulante. Não houveram valores repassados ao Tribunal de Justiça para pagamentos de Precatórios no exercício de 2016.

#### 4. DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO

<b>a) DÍVIDA ATIVA – RECEITAS</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
Saldo do ano anterior com Juros e Multas	125.189,24
<b>Saldo em 31/12 com Juros e Multas</b>	<b>100.566,84</b>
Diferenças de Receitas da Dívida Ativa (com juros e multa)	24.622,40

<b>b) QUANTIDADE DE AÇÕES E VALOR AJUIZADO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
Quantidade de Ações Ajuizadas	01
Valor ajuizado até o final do exercício	18.417,61

<b>c) CRÉDITOS TRIBUTÁVEIS PASSÍVEIS DE COBRANÇA ADMINISTRATIVA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
Saldo Dívida Ativa 2015	353.160,70
<b>Saldo Dívida Ativa 2016</b>	<b>358.931,83</b>

Observa-se quanto ao desempenho da arrecadação, que não houve evolução de recebimento de Dívida Ativa do exercício de 2015 para 2016. E quanto aos créditos tributários passíveis de cobrança aumentou o valor da Dívida Ativa do Município equivalente a 1,63% no exercício de 2016. Diante disso, necessidade de providências no sentido da recuperação desses valores será efetuada no exercício de 2017.

Renúncia Fiscal não houve no exercício de 2016. Durante o período em questão não houve cancelamento de restos a pagar processados.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

8

**5. DEMONSTRATIVOS DOS INDICADORES FISCAIS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000**

DESCRIÇÃO	2016		
	FIXADOS NA LDO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
Receita Total (R\$)	25.128.900,00	28.875.024,04	-3.746.124,04
Despesa Total (R\$)	25.128.900,00	27.513.137,04	-2.384.237,04
<b>Resultado (R\$)</b>		<b>1.361.887,00</b>	

DESCRIÇÃO	2016	
	EXECUÇÃO	
Receitas Primárias (I)		28.073.826,25
Despesas Primárias (II)		27.326.292,67
Resultado Primário (III) = (I - II)		747.533,58
Resultado Nominal		- 1.534.646,79
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>		<b>-3.293.349,30</b>

Em análise da execução do orçamento, verifica-se o atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias.

**5.1. DETALHAMENTO DA RECEITA ESTIMADA E ARRECADADA (Janeiro a Dezembro/2016)**

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (R\$)	TOTAL DE RECEITAS REALIZADAS 2016
Receita Tributária	2.169.000,00	3.261.256,63
Receita de Contribuições	300.000,00	418.006,22
Receita Patrimonial	85.100,00	427.050,39
Receitas de Serviços	478.900,00	545.613,90
Transferências Correntes	21.248.900,00	22.998.758,78
Outras Receitas Correntes	648.100,00	850.190,72
Operações de Crédito	100.000,00	0,00
Alienação de Bens	98.900,00	374.147,40
<b>TOTAL</b>	<b>25.128.900,00</b>	<b>28.875.024,04</b>

**5.2. DETALHAMENTO DA DESPESA FIXADA E REALIZADA (Empenhada) POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA (Janeiro a Dezembro/2016)**

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DESPESA FIXADA (R\$)	DESPESA TOTAL NO EXERCÍCIO (R\$)
Câmara de Vereadores	1.450.000,00	1.134.336,22
Gabinete do Prefeito	755.740,00	692.260,51
Secretaria de Administração, Planejamento e Finanças	2.738.512,00	2.724.462,07
Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Desenv. Econômico	868.152,00	815.550,08
Secretaria de Educação, Cultura, Juventude, Esportes e Lazer	8.580.304,71	7.828.363,05





## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

9

Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo	5.406.369,15	4.601.793,24
Secretaria de Turismo e Eventos	134.681,15	129.681,15
Fundo Municipal de Saúde	6.081.531,96	5.522.867,44
Fundo Municipal da Infância e Adolescência	45.500,00	0,00
Fundo Municipal de Assistência Social	1.026.000,00	904.680,12
Hospital Municipal Frei Rogério	3.183.422,31	3.159.143,16
Reserva de Contingência	7.000,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>30.277.213,28</b>	<b>27.513.137,04</b>

### 5.3. DEMONSTRATIVO INDICANDO ORIGEM E DESTINO DOS RECURSOS PROVENIENTES DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS, CONFORME O DISPOSTO NO INCISO VI DO ART. 50 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000

DESCRIÇÃO	VALOR
Saldo anterior de recursos vinculados de alienação de ativos	195.657,72
( + ) Receita de Alienação de Ativos no exercício	374.147,40
( + ) Juros sobre Alienação de Ativos no exercício	23.493,10
( - ) Aplicação de Recursos (pagamentos orçamentários e restos a pagar)	523.850,76
<b>SALDO DE RECURSOS VINCULADOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>69.447,46</b>

### 5.4. DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DE LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (Janeiro a Dezembro/2016)

RECEITAS COM IMPOSTOS (INCLUÍDAS AS TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS)	TOTAL NO EXERCÍCIO 2016	TOTAL %
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	835.625,44	3,75
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.234.752,35	5,54
Imposto sobre Transmissão Inter-Vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais Sobre Bens Imóveis - ITBI	252.493,33	1,13
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IRRF	673.649,75	3,02
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	7.222.301,38	32,43
Cota-Parte do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR	28.372,66	0,13
Transferências Financeiras - Lei Complementar nº 87/1996	43.270,08	0,19
Cota-Parte do ICMS	10.847.289,05	48,71
Cota-Parte do IPVA	877.131,00	3,94
Cota Parte do IPI sobre Exportação	155.001,94	0,70
Receita de Dívida Ativa (Principal e Encargos)	100.566,84	0,45
<b>TOTAL DE RECEITA COM IMPOSTOS</b>	<b>22.270.453,82</b>	<b>100,00</b>

## 6. DEMONSTRATIVOS APLICAÇÃO DE PERCENTUAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS PERCENTUAL NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO.

### 6.1. APLICAÇÃO DE RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

10

<b>DESPESAS COM EDUCAÇÃO INFANTIL</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
Educação Infantil (12.365)	1.566.465,15
(-) Deduções Despesas Educação Infantil (Convênios)	50.472,91
<b>Total das Despesas com Educação Infantil 2016</b>	<b>1.515.992,24</b>

<b>DESPESAS COM ENSINO FUNDAMENTAL</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
<b>Despesas com Ensino Fundamental (12.361)</b>	<b>5.836.605,91</b>
<b>(-) Deduções despesas Ensino Fundamental</b>	
Merenda Escolar	306.326,76
Apoio Transporte Escolar – FNDE	217.112,93
Salário Educação – FNDE	293.139,60
Transporte Escolar – Encargos	8.098,78
Inativos	50.996,45
Convênios	743.583,76
<b>Total das Deduções com Ensino Fundamental</b>	<b>1.619.258,28</b>
<b>Total das Despesas com Ensino Fundamental 2016</b>	<b>4.217.347,63</b>

**6.2. APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO DE 25% DA RECEITA DE IMPOSTOS, INCLUÍDAS AS TRANSFERÊNCIAS DE IMPOSTOS (ARTIGO 212 DA CF)**

<b>COMPONENTES</b>	<b>VALOR (R\$)</b>	<b>PERCENTUAL (%)</b>
Total das Despesas com Educação Infantil	<b>1.515.992,24</b>	6,81
Total das Despesas com Ensino Fundamental	<b>4.217.347,63</b>	18,94
(+) Perda Com o FUNDEB	62.293,16	0,28
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras Recursos FUNDEB	21.502,37	0,10
<b>Total das Despesas Para Efeito de Cálculo</b>	<b>5.774.130,66</b>	<b>25,93</b>
<b>Valor Mínimo de 25% das Receitas de Impostos</b>	<b>5.567.613,46</b>	<b>25,00</b>
<b>Valor Acima do Limite (25%) 2016</b>	<b>206.517,20</b>	<b>(Acima) 0,93</b>

No exercício de 2016, o Município aplicou **R\$ 5.774.130,66** (cinco milhões setecentos e setenta e quatro mil cento e trinta reais e sessenta e seis centavos) correspondente a **25,93%**, estando **R\$ 206.517,20** (duzentos e seis mil quinhentos e dezessete reais e vinte centavos), **(0,93%) acima do limite**.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

11

### 6.2.2. APLICAÇÃO EM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PERCENTUAL MÍNIMO DE 60% INCIDENTE SOBRE 25% A QUE SE REFERE O ARTIGO, 212 CF

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total das Despesas com Ensino Fundamental	4.217.347,63
(+) Perda com FUNDEB	62.293,16
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras dos Recursos do FUNDEB	21.502,37
<b>Total das Despesas para Efeito de Cálculo</b>	<b>5.774.130,66</b>
25% das Receitas com Impostos	5.567.613,46
<b>60% dos 25% das Receitas com Impostos</b>	<b>3.340.568,07</b>
<b>Valor Acima do Limite (60% sobre 25%) 2016</b>	<b>917.570,35</b>

No exercício de 2016, o Município aplicou em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental o valor de **R\$ 3.340.568,07** (três milhões trezentos e quarenta mil quinhentos e sessenta e oito reais e sete centavos) estando **R\$ 917.570,35** (novecentos e dezessete mil quinhentos e setenta reais e trinta e cinco centavos) **acima do limite**, cumprindo o dispositivo legal.

### 6.2.3. APLICAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO DE 60% DOS RECURSOS ORIUNDOS DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO (ARTIGO 60, PARÁGRAFO 5 DO ADCT E ARTIGO 7º DA LEI FEDERAL Nº 9.424/96)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	3.676.631,91
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	21.502,37
<b>Total das Receitas Recebidas do FUNDEB</b>	<b>3.698.134,28</b>
<b>60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB</b>	<b>2.218.880,57</b>
<b>Total dos Gastos Efetuados com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício, Pagos com Recursos do FUNDEB</b>	<b>2.861.600,00</b>
<b>Valor Acima do Limite (60% do FUNDEB c/ profissionais do Magistério) 2016</b>	<b>642.719,43</b>

No exercício de 2016, o Município aplicou **R\$ 2.861.600,00** (dois milhões oitocentos e sessenta e um mil e seiscentos reais), correspondente a 60% dos recursos oriundos do FUNDEB em gastos efetuados com Profissionais do Magistério, estando **R\$ 642.719,43** (seiscentos e quarenta e dois mil setecentos e dezenove reais e quarenta e três centavos) **(17,38%) acima do limite**.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

12

**7. LIMITES COM SAÚDE**

**7.1.1. DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ARTIGO 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL COMBINADO COM ARTIGO DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS – ADCT)**

<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
Atenção Básica (10.301)	5.445.332,56
Assistência Hospitalar e Ambulatorial (10.302)	3.159.143,16
Vigilância Sanitária (10.304)	77.534,88
<b>TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO 2016</b>	<b>8.682.010,60</b>

**7.1.2. DEDUÇÕES DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**

<b>CONVÊNIO/OBJETO</b>	<b>CLASSIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
PAB - ECD - PPI – AFB	10.301 - Atenção Básica	1.597.831,96
	Alienação de Bens	965,76
Recursos Próprios do Hospital Municipal Frei Rogério	10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	460.154,21
Convênio Secretaria Estadual de Saúde	10.301 - Atenção Básica	126.929,73
	10.302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial	0,00
Vigilância Sanitária	10.304 - Vigilância Sanitária	77.534,88
<b>TOTAL DE DEDUÇÕES 2016</b>		<b>2.263.416,54</b>

**Observação: O Município repassou recursos do tesouro municipal ao Hospital**

**Municipal Frei Rogério:**

- ✓ **TOTAL 1º QUADRIMESTRE/2016: R\$ 792.708,46**
- ✓ **TOTAL 2º QUADRIMESTRE/2016: R\$ 847.047,43**
- ✓ **TOTAL 3º QUADRIMESTRE/2016: R\$ 1.063.409,13**
- ✓ **TOTAL de Repasses no exercício de 2016: R\$ 2.703.165,02;**



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

13

### 7.1.3. DEMONSTRATIVO PARA VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO ARTIGO 198 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL COMBINADO COM ARTIGO, 77 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS – ADCT

COMPONENTE	VALOR (R\$)	PERCENTUAL (%)
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	8.682.010,60	39,84
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.263.416,54	10,39
<b>TOTAL DAS DESPESAS PARA EFEITO DE CÁLCULO</b>	<b>6.418.594,06</b>	<b>29,45</b>
<b>VALOR MÍNIMO A SER APLICADO</b>	<b>3.268.758,94</b>	<b>15,00</b>
<b>VALOR ACIMA DO LIMITE 2016</b>	<b>3.149.835,12</b>	<b>14,45</b>

No exercício de 2016, o Município aplicou **R\$ 6.418.594,06** (seis milhões quatrocentos e dezoito mil quinhentos e noventa e quatro reais e seis centavos), correspondente a **29,45%**, estando **R\$ 3.149.835,12** (três milhões cento e quarenta e nove mil oitocentos e trinta e cinco reais e doze centavos) (**14,45%**) **acima do limite**, cumprindo assim o dispositivo constitucional.

## 8. DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES PREVISTOS NA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000 RELATIVOS A DESPESAS COM PESSOAL

### 8.1. LIMITE MÁXIMO DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA OS GASTOS COM PESSOAL DO MUNICÍPIO (PREFEITURA, CÂMARA, FUNDOS E AUTARQUIA) ARTIGO 169 CF, REGULAMENTADO PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2.000

COMPONENTE	VALOR (R\$)	PERCENTUAL (%)
<b>TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>28.500.876,64</b>	<b>100,00</b>
<b>LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA</b>	<b>17.100.525,98</b>	<b>60,00</b>
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	14.542.531,54	51,02
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	813.001,53	2,85
<b>TOTAL DAS DESPESAS PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO</b>	<b>15.355.533,07</b>	<b>53,88</b>
<b>VALOR ABAIXO DO LIMITE DE 60% - 2016</b>	<b>1.744.992,91</b>	<b>6,12</b>

No exercício de 2016, o Município gastou com Pessoal o valor de **R\$ 15.355.533,07** (quinze milhões trezentos e cinquenta e cinco mil quinhentos e trinta e três reais e sete centavos), correspondente a **53,88%**, ficando **R\$ 1.744.992,91** (um milhão setecentos e



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

14

quarenta e quatro mil novecentos e noventa e dois reais e noventa e um centavos) **(6,12%)**  
**abaixo do limite**

### 8.2. LIMITE MÁXIMO DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA OS GASTOS COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO (PREFEITURA, FUNDOS E AUTARQUIA) – ARTIGO 20, III, “b” DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2.000

COMPONENTE	VALOR (R\$)	PERCENTUAL (%)
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	28.500.876,64	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	15.390.473,39	54,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	14.542.531,54	51,02
<b>VALOR ACIMA DO LIMITE – 2016</b>	<b>847.941,85</b>	<b>2,98</b>

No exercício de 2016, o Poder Executivo gastou **R\$ 14.542.531,54** (quatorze milhões quinhentos e quarenta e dois mil quinhentos e trinta e um reais e cinquenta e quatro centavos), correspondente a **51,02%**, ficando **R\$ 847.941,85** (oitocentos e quarenta e sete mil novecentos e quarenta e um reais e oitenta e cinco centavos) **(2,98%) abaixo do limite**, porém acima do Limite de Alerta.

### 8.3. LIMITE MÁXIMO DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PARA OS GASTOS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO (CÂMARA MUNICIPAL) - ARTIGO 20, III, “a” DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2.000

COMPONENTE	VALOR (R\$)	PERCENTUAL (%)
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	28.500.876,64	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	1.710.052,60	6,00
Total das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	813.001,53	2,85
<b>VALOR ABAIXO DO LIMITE – 2016</b>	<b>897.051,07</b>	<b>3,15</b>

No exercício de 2016, o Poder Legislativo gastou **R\$ 813.001,53** (oitocentos e treze mil um real e cinquenta e três centavos), correspondente a **2,85%**, ficando **R\$ 897.051,07** (oitocentos e noventa e sete mil cinquenta e um reais e sete centavos) **(3,15%) abaixo do limite**.

## 9. INFORMAÇÕES SOBRE VALORES ANUAIS DAS AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES, POR MODALIDADE DE LICITAÇÃO



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

15

MODALIDADE	VALORES ANUAIS DAS CONTRATAÇÕES (R\$)
Convite	
Pregão	
Presencial	7.810.745,25
Eletrônico	29.040,00
Tomada de Preços	776.347,39
Concorrência	46.050,00
Registro de Preços	
Leilão	4.000,00
Chamada Pública	75.046,10
Regime Diferenciado de Contratações – RDC	
<b>TOTAL DAS CONTRATAÇÕES NO EXERCÍCIO</b>	<b>8.741.228,74</b>

MODALIDADE	VALORES ANUAIS DAS CONTRATAÇÕES (R\$)
Dispensas por fundamentação legal:	265.298,71
Inexigibilidades por fundamentação legal:	68.004,00
<b>TOTAL DAS CONTRATAÇÕES NO EXERCÍCIO</b>	<b>333.302,71</b>

**10. INFORMAÇÕES SOBRE O QUANTITATIVO DE SERVIDORES EFETIVOS NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA E EM COMISSÃO NÃO INTEGRANTES NO QUADRO EFETIVO, EM 31 DE DEZEMBRO**

Servidores de provimento efetivo em 31-12	247
Cargos em Comissão em 31-12	10
<b>Total de Servidores em 31-12</b>	<b>286</b>

**10.1. INFORMAÇÕES SOBRE O QUANTITATIVO DE CONTRATAÇÕES POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO (ART. 37, IX, CONSTITUIÇÃO FEDERAL), NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, INDICANDO AS NORMAS LEGAIS AUTORIZATIVAS, COM INDICAÇÃO DO VALOR ANUAL**

Legislação	Motivação	Órgão /entidade	Qtdad. Serv	Valor anual (R\$)
Lei 1556/2002	Necessidade de professores e profissionais de apoio para atender a demanda de alunos nas escolas durante o ano letivo.	Educação	65	<b>714.781,38</b>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

16

Lei 1556/2002	Necessidade de profissionais para realizar a limpeza de ruas.	Obras	8 (sendo uma servidora em auxílio doença pelo INSS)	85.586,56
Lei 1556/2002	Necessidade de atendimento por parte dos agentes comunitários de saúde bem como o atendimento de crianças na casa lar e também atendimento aos munícipes com psicóloga, fisioterapeuta, profissional de educação física e nutricionista, pelo programa do NASF.	Saúde/ Social	34 (sendo uma servidora em auxílio doença pelo INSS)	386.717,51
<b>TOTAL:</b>				<b>1.187.085,45</b>

QUANTIDADE DE SERVIDORES	
Servidores de provimento Efetivo em 31/12	247
Cargos em Comissão em 31/12	10
Total de Servidores em 31/12	286

**10.2. INFORMAÇÕES SOBRE O QUANTITATIVO DE CONTRATOS DE ESTÁGIO COM INDICAÇÃO DOS VALORES MENSAL E ANUAL**

MÊS	CONTRATOS VIGENTES NO MÊS	VALORES MENSAIS
Janeiro	10	4.380,09
Fevereiro	15	5.037,36
Março	17	6.589,61
Abril	19	7.899,94
Maio	20	8.327,41
Junho	22	9.787,00
Julho	23	9.451,39
Agosto	26	10.536,29
Setembro	26	11.174,00
Outubro	26	11.174,00
Novembro	26	11.174,00
Dezembro	30	15.038,69
<b>TOTAL</b>	<b>260</b>	<b>110.569,78</b>
<b>Nº DE CONTRATOS NO EXERCÍCIO DE 2016</b>	<b>38</b>	





## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

17

### 10.3. INFORMAÇÕES REFERENTES AOS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA

Não houve no exercício de 2016, terceirização de mão de obra na Administração direta e indireta do Município de Tangará.

### 11. DEMONSTRATIVO DOS GASTOS COM DIVULGAÇÃO, PUBLICIDADE E PROPAGANDA POR MEIO DE CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

No ano de 2016 foram gastos o valor de R\$ **43.960,00** (quarenta e três mil novecentos e sessenta reais) com a **RADIO CAÇANJURE LTDA**, para fins de divulgação de atos de interesse do município nos termos da Licitação 44/2015.

### 12. RELAÇÃO DE CONVÊNIOS COM UNIÃO E ESTADO REALIZADOS NO EXERCÍCIO E OS PENDENTES DE PARCELAS

CONVÊNIOS FIRMADOS COM O ESTADO				
Nº CONVÊNIO	OBJETO	VALOR DO CONVÊNIO	RECEBIDO NO EXERCÍCIO	A RECEBER
TR1702/2016	Reforma passeios frente a prefeitura e cemitério	49.996,51	19.998,61	29.997,90
TR0463/2016	Óleo diesel para manutenção de máquinas e recuperação de estradas	99.999,41	71.428,15	28.571,26
<b>TOTAL</b>		149.995,92	91.426,76	58.569,16

CONVÊNIOS FIRMADOS COM A UNIÃO				
Nº CONVÊNIO	OBJETO	VALOR DO CONVÊNIO	RECEBIDO NO EXERCÍCIO	A RECEBER
824801	Pavimentação asfáltica Rua Rio Bonito e Emilio Bergamini (Rua Sopasta)	245.850,00	122.925,00	122.925,00
1011813/37	Quadra coberta –Irakitan	243.750,00	30.635,12	151.222,20
<b>TOTAL</b>		489.600,00	153.560,12	274.147,20

### 13. RELATÓRIO SOBRE EVENTOS JUSTIFICADORES DE SITUAÇÕES DE EMERGENCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA

Não houve registro de eventos de emergência ou calamidade pública no exercício de 2016.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

18

**14. MANIFESTAÇÃO SOBRE AS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL EM RELAÇÃO ÀS RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS EMITIDAS NOS PARECERES PRÉVIOS ANTERIORES**

Exercício	2013	Processo	PCP-14/00102461
Administrador	EUCLIDES CRUZ		
<b>Ressalva ou Recomendação</b>	<b>Regularizado/Não</b>		
6.2.1. disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em cumprimento ao estabelecido no artigo art. 48-A, II da Lei Complementar n. 101/2000 alterada pela Lei Complementar n. 131/2009 c/c o arts. 4º, II e 7º, II, do Decreto Federal n. 7.185/2010 (Capítulo 7, do Relatório DMU n. 2608/2014);	Regularizado (Publicações no Site Oficial do Município – Portal da Transparência);		
6.2.2. revisão do Controle de Disponibilidade por Fonte de Recurso existente na Prefeitura e suas Unidades Gestoras, garantindo desta forma o encaminhamento de dados fidedignos ao Órgão Fiscalizador (item 8.1.2, da Conclusão do Relatório DMU n. 2608/2014);	Regularizado;		
6.2.3. encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em atendimento ao que dispõe o art. 1º, §2º, "e", da Resolução n. TC-77/2013 (item 6.6, do Relatório DMU n. 2608/2014).	Regularizado (Conselho nomeado);		
Exercício	2014	Processo	PCP-15/00160501
Administrador	EUCLIDES CRUZ		
<b>Ressalva ou Recomendação</b>	<b>Regularizado/Não</b>		
6.1.1.1. Despesas registradas em DDO com recursos do FUNDEB sem disponibilidade financeira, no valor de R\$ 985,26, em desacordo com o art. 85 da Lei n. 4.320/64 (item 5.2.2, Quadro 16, do Relatório DMU);	Regularizado;		
6.1.1.2. Divergência, no valor de R\$ 1.093.492,90, entre o saldo apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 (R\$ -132.951,87) e o saldo do Passivo Financeiro constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei n. 4.320/64 (R\$ 960.541,03), caracterizando afronta aos arts. 85 e 105 da referida Lei. Registra-se que a diferença refere-se ao saldo anterior do Anexo 17 (item 4.1, Quadro 10, do Relatório DMU, fs. 79 e 206);	Regularizado;		



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

19

6.1.1.3. Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art. 48-A, II, da Lei Complementar n. 101/2000, alterada pela Lei Complementar n. 131/2009, c/c o art. 7º, II, do Decreto (federal) n. 7.185/2010 (Capítulo 7 do Relatório DMU);		Regularizado (Publicações no Site Oficial do Município – Portal da Transparência);	
6.1.1.4. Registro indevido no Grupo Depósitos do Passivo Financeiro na Fonte de Recurso 17 – Receita COSIP, com saldo devedor de R\$ 15.235,71, em afronta ao previsto no art. 85 c/c 105 da Lei n. 4.320/64 (Apêndice - Cálculo detalhado do Resultado Financeiro por Especificações de Fonte de Recursos);		Regularizado;	
6.1.1.5. Contabilização indevida de Receitas de Capital como Receitas Correntes, no valor de R\$ 1.640.381,89, resultando num aumento aparente da Receita Corrente Líquida e conseqüentemente redução no percentual dos gastos de pessoal do período, evidenciando inconsistência dos registros contábeis e ausência de transparência na gestão pública, em desacordo com os arts. 1º, §1º, e 2º, IV da Lei Complementar n. 101/2000 – LRF - e 11 e 85 da Lei (federal) n. 4.320/64 (fs. 210 a 230 dos autos);		Regularizado;	
6.1.1.6. Realização de despesas, no montante de R\$ 242.336,38, liquidadas e não empenhadas no exercício de 2014, em desacordo com os arts. 35, II, e 60 da Lei n. 4.320/64 (itens 3.1, 4.2 do Relatório DMU, Apêndice e f. 236).		Regularizado;	
6.1.1.7. Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal de Alimentação Escolar em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, §2º, "d", da Resolução n. TC-77/2013 (item 6.5 do Relatório DMU);		Regularizado;	
6.1.1.8. Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, §2º, "e", da Resolução n. TC-77/2013 (item 6.6 do Relatório DMU).		Regularizado;	
<b>Exercício</b>	<b>2015</b>	<b>Processo</b>	<b>PCP-16/00209219</b>
<b>Administrador</b>	<b>NADIR BAU DA SILVA</b>		
<b>Ressalva ou Recomendação</b>		<b>Regularizado/Não</b>	
6.2.1. adote providências visando à correção das restrições de ordem legal e regulamentar apontadas pelo Órgão Instrutivo, constantes dos itens 8.1 e 8.2 da Conclusão do Relatório DMU n. 2531/2016, e à prevenção da ocorrência de outras semelhantes;		Aguardando TCE enviar processo;	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

20

6.2.2. adote providências imediatas quanto à irregularidade apontada no Capítulo 7 - Do Cumprimento da Lei Complementar (federal) n. 131/2009 e do Decreto (federal) n. 7.185/2010 – do Relatório DMU.	Aguardando TCE enviar processo; Pendências do Portal da Transparência em andamento;
--	--

**16. VALORES ARRECADADOS DECORRENTES DE DECISÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS QUE IMPUTARAM DÉBIO A RESPONSÁVEIS**

Não houve em 2016.

**17. AVALIAÇÃO SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS E ESTRATÉGIAS PREVISTAS NA LEI FEDERAL Nº 13.005/2014 (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO-PNE) E NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME)**

As Metas estabelecidas no Plano Municipal de Educação – PME, estão em conformidade as estratégias definidas pelo Plano Nacional de Educação – PNE, e atendidas conforme quadro abaixo:

<b>FICHA DE MONITORAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO</b>				
<b>Metas/Dispositivos</b>	<b>Prazo</b>	<b>Estratégias</b>	<b>Prazo</b>	<b>Ações previstas em outros instrumentos de planejamento relacionadas a cada estratégia do Plano</b>
1- Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos	2016	1.1 Acomodar os alunos da pré-escola nas unidades que atendem o ensino fundamental na área urbana.	2016	FNDE e Próprios descrever com PPA, LOA, LDO. <b>META CUMPRIDA</b>
		1.12 Viabilizar a ampliação e melhoria do transporte escolar urbano, visando o atendimento da demanda da Educação Infantil	2016	Próprios descrever com PPA, LOA, LDO. <b>META EM ANDAMENTO</b>
		1.6 Estabelecer padrões mínimos de infraestrutura e qualidade para funcionamento adequado da instituição de Educação Infantil pública	2017	Recursos Próprios e conveniados – descrever PPA LOA LDO <b>META EM ANDAMENTO</b>
		1.13 Manter, ampliar e melhorar a logística e segurança do transporte	2017	Recursos Próprios e conveniados –



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

21

		escolar municipal, visando o atendimento da demanda da Educação Infantil.		descrever PPA LOA LDO <b>META EM ANDAMENTO</b>
		1.8 Assegurar atendimentos especializados na Educação Infantil: AEE, Psicólogos, Psicopedagoga, fonoaudiólogo, nutricionista e outros 1.10 Fomentar o acesso à creche e a pré-escola e a oferta ao atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento a altas habilidades ou superdotação assegurando a transversalidade da educação infantil, em parcerias com instituições especializadas (APAE, APAS...)	2018  2018	Recursos Próprios e conveniados – descrever PPA LOA LDO <b>META NÃO INICIADA</b>  Recursos Próprios e conveniados – descrever PPA LOA LDO <b>META NÃO INICIADA</b>
2- Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda a população de 6 a 14 anos assegurando que 95% dos alunos desta etapa concluem na idade recomendada.	2024	2.1 Garantir o acesso e permanência de todas as crianças de 6 a 14 anos na escola 2.3 Concluir as obras de ampliação do espaço físico para a prática de esportes, obtida com recursos do FNDE, visando o atendimento da comunidade escolar Tangaraense Mara Regina Simionatto	2016	FNDE e Próprios descrever com PPA, LOA, LDO. <b>META EM ANDAMENTO</b>
		2.4 Viabilizar a construção do novo espaço educacional urbano de 12 salas e demais dependências obtidas com recursos do FNDE	2017	Recursos Próprios e conveniados – descrever PPA LOA LDO <b>META EM ANDAMENTO</b>
		2.9 Universalizar o acesso a rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade 2.9 aumentar a relação	2018	



**PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**  
**SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

		de computadores/estudant e nas escolas da rede publica de educação básica, 2.9 promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação (multimeios didáticos) e estímulos à permanência a escola											
<b>Meta 1 Universalizar, até 2016, o atendimento escolar da população de 4 e 5 anos e ampliar o atendimento da demanda de 0 a 3 anos, de forma a atingir 60% a 65% o atendimento na educação infantil até o final da vigência deste PME.</b>													
<b>INDICADOR 1A</b>	<b>O atendimento de 100% da população escolar de 4 e 5 anos até 2016</b>												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
<b>Meta prevista</b>			100%										
<b>Meta executada no período</b>			100%										
<b>INDICADOR 1B</b>	<b>Ampliar o atendimento da demanda de 0 a 3 anos, de forma a atingir 60% atendimento na educação infantil</b>												
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
<b>Meta prevista</b>											65%		
<b>Meta executada no período</b>		100%	100%										
<b>% das crianças atendidas</b>		74.8%	85%										

Observa-se através da Ficha de Monitoramento, que as Metas e Estratégias estão cumpridas, em andamento e não iniciado, porém dentro dos prazos descritos no Plano. Considera-se favorável o resultado alcançado até o exercício de 2016, e as ações que estão em andamento e a iniciar é considerado pela Comissão como ponto de objetivo a ser atingido para o melhoramento no ensino municipal.

**18. CONSIDERAÇÕES FINAIS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

Diante do exposto, o Sistema de Controle Interno do Município de Tangará considera favorável os demonstrativos ressaltados neste relatório. Dentre eles, no efetivo acompanhamento, pode-se analisar que as metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e fixado na Lei Orçamentária do Exercício 2016, foram cumpridas com exceção de alguns projetos e atividades cujos objetivos não foram atingidos em razão da não realização de convênios e aumento dos custos em geral.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

23

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada.

A Unidade de Controle Interno acompanhou mensalmente os recursos e investimentos na educação, avaliando os gastos dos recursos do FUNDEB, programas, convênios e dos 25% dos recursos próprios através de análise concomitante. Não foi identificada nenhuma irregularidade ou inconsistência na aplicação dos recursos da educação, como também da saúde. Assim não foi preciso comunicar o gestor qualquer apontamento, sobre os índices de aplicação em educação e saúde.

Quanto aos restos a pagar observa-se o valor de **R\$ 212.445,85** (duzentos e doze mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos) de restos a pagar com inscrição no exercício, e restando o saldo para o exercício de 2017 no valor de **R\$ 216.431,89** (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e trinta e um reais e oitenta e nove centavos), sem a devida suficiência disponibilizada em caixa.

Em relação Despesas com Pessoal, observa-se que o percentual ao final do exercício de 2016 deu-se em 51,02% sobre a Receita Corrente Líquida, contudo no decorrer do ano foi emitido Notificações de Alertas ao Prefeito.

O Sistema de Controle Interno acompanhou e enviou o eSfinge bimestralmente, em foco ao cumprimento de prazo. Como também acompanhou as atualizações do eSfinge Obras, para que estivesse alimentado conforme as obras em andamento no município.

Quanto às publicações dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e Relatórios da Gestão fiscal (RGF), foram publicados no site oficial do Município – Portal da Transparência.

O Sistema de Controle Interno expediu a Instrução Normativa 001/2016CI, que trata do cadastro, controle, atualização e distribuição dos bens patrimoniais do município e sua autarquia, e acompanhou para que o patrimônio novo incorporado ao município fosse devidamente etiquetado e cadastrado, assim como o patrimônio já existente.

O Sistema de Controle Interno, sempre que constata algum fato relevante acerca de procedimentos burocráticos ou operacionais, se pronuncia através de conversas informais, ou se tratando de assuntos mais relevantes, através de comunicado oficial, alertando, recomendando ou orientando conforme o caso. Expediu formalmente as seguintes recomendações, alertas ou orientações, no exercício de 2016, sobre:

- ✓ Índice de Pessoal;
- ✓ Cartões Pontos de Servidores;
- ✓ Desvio de Função;
- ✓ Publicação dos Atos Públicos;
- ✓ Excesso de Contratações;
- ✓ Documentos para Admissão;



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ** **SISTEMA DE CONTROLE INTERNO**

24

- ✓ Aplicação de medidas disciplinares a servidores;
- ✓ Atualização de Conselhos Municipais;
- ✓ Abertura de Processo de Sindicância por possíveis Acumulações de Cargos;

Dentre, as atribuições do Sistema de Controle Interno do Município de Tangará, no decorrer do exercício também manifestou-se através de pareceres, sobre assuntos diversos na legalidade aplicada a atos de pessoal, pagamentos de despesas de exercícios anteriores, contratos, prestações de contas, convênios, portal da transparência, diárias e outros atos pertinentes a Controladoria.

O Sistema de Controle Interno, também abrange a Ouvidoria do município, a qual recebe-se dúvidas, críticas, reclamações e denúncias. No exercício de 2016 não se obteve resultados de irregularidades apontadas através da Ouvidoria.

Ressalta-se que no setor de Controle Interno há somente uma Servidora para cumprir todas as responsabilidades que demanda o cargo. Não sendo possível abranger toda a estrutura que dispõe o município. Para tanto, há o cronograma de Auditoria, para melhor normatizar os trabalhos do setor. No ano de 2016, foram realizadas Atos de Auditoria nos Cartões Pontos de Servidores, Documentos de Contrações e Patrimônio do Município.

É o relatório e parecer.

Tangará/SC, 29 de março de 2017

**PATRÍCIA ZANOTTO FIORESE**  
Coordenadora do Sistema de Controle Interno